PESSOAS DEFENSORAS NO BANCO DOS RÉUS: “É PRECISO RECUSAR, QUESTIONAR E RESISTIR A ESTE ESTADO DE SOBREVIVÊNCIA PSICOLÓGICO”

Entrevista com Hossam Bahgat
por Laura Dauden
Egito

Palavras-chave
Egito, Violência política, Assédio judicial, Autocracia militar

Hossam Bahgat, jornalista e fundador e atual diretor da Iniciativa Egípcia por Direitos da Personalidade (Egyptian Initiative for Personal Rights – EIPR), já presenciou cinco processos criminais contra sua organização, seus colegas e ele próprio. No mais recente, aberto em janeiro de 2025, Bahgat foi acusado de disseminar informações falsas e financiar atividades terroristas com o intuito de ameaça à segurança nacional —o que poderia resultar em pena de morte ou prisão perpétua.

Em fevereiro de 2025, poucas semanas depois de ser interrogado por quatro horas graças a uma declaração pública sobre as condições das prisões egípcias, Bahgat falou à Sur sobre o que ele descreve como "campanha de extermínio" do espaço de direitos humanos e civis empreendida pelo governo de Abdel Fattah al-Sisi. Em seu depoimento, ele insta a sociedade civil a rejeitar o "modo de sobrevivência" psicológico imposto pela repressão e insiste na necessidade de se continuar relevante, assertivo e ancorado na resistência de base.

Bahgat oferece um panorama abrangente dos desafios e estratégias de resistência da sociedade civil no Egito —um ecossistema que ele ajudou a moldar quando, em 2002, seu último ano como estudante de Ciência Política, fundou a EIPR. À época, o movimento de direitos humanos no país tinha seu foco primário na esfera pública e em assuntos relacionados à democracia e à violência política. A EIPR optou por centrar seu trabalho na esfera individual, amplamente negligenciada: a privacidade, a sexualidade, os direitos reprodutivos, a saúde e integridade física, e a liberdade de escolha, prática e mudança de religião ou crença. Entretanto, o agravamento da situação política do país exigia, cada vez mais, que esse expediente fosse expandido para abarcar também as liberdades civis, incluindo o direito à liberdade de associação, reunião e

expressão, os direitos da mulher em geral (além dos sexuais e reprodutivos), a reforma penal, além de direitos econômicos e sociais.

Após um hiato de sete anos em que ele retornou ao jornalismo, Bahgat reassumiu a liderança da organização em 2020, durante um período particularmente difícil para a defesa de direitos no país —um desafio que ele continua a enfrentar com resiliência, humildade e perspectiva: "Todo dia, há em meu e-mail notícias de partir o coração sobre o assassinato de pessoas defensoras do meio ambiente na América Latina, a execução de jornalistas, a condenação de colegas ativistas à prisão... Olho para a Palestina e sinto vergonha de reclamar, e me inspiro nelas."

1. Você é acusado de crimes. Pode descrever a natureza dessas acusações?

Hossam Bahgat – Eu fui diretor da EIPR pelos primeiros dez anos da entidade. Abdiquei em 2013 para voltar ao jornalismo por sete anos, mas depois fui forçado a voltar ao cargo em dezembro de 2020, por causa da repressão do governo à nossa organização. Meu interrogatório pela Procuradoria de Segurança de Estado em janeiro de 2025 foi essencialmente o quinto ataque à nossa organização desde 2011.

Em 2011, o novo regime militar que substituiu [Muhammad Hosni] Mubarak[1] no poder iniciou uma grande investigação criminal que ficou conhecida como "caso do financiamento externo", em que a maior parte das organizações de direitos humanos independentes e suas lideranças foram investigadas criminalmente por receberem financiamento estrangeiro para minar a segurança nacional, como punição pelo papel que tinham desempenhado no período que antecedeu a revolução e durante a chamada "transição". A investigação se arrastou por 13 anos, e, em 2016, como parte dela, fui proibido de

viajar e tive meus bens pessoais e conta bancária congelados por oito anos. O caso foi encerrado menos de um ano atrás, em março de 2024, quando as autoridades judiciais nomeadas para conduzir a investigação concluíram que não havia evidências criminais suficientes para dar início a uma ação criminal.

Esse primeiro ataque foi seguido de outros, mesmo depois de eu ter deixado a EIPR, entre 2013 e 2020. Então, em novembro de 2020, três dos nossos diretores foram detidos em casa, no pior ataque repressivo contra uma organização de direitos humanos, que especificamente visava a EIPR. Primeiro, o diretor administrativo, depois o diretor de justiça penal, depois o diretor executivo[2], que tinha me sucedido na liderança da organização. Campanhas nacionais e globais fizeram com que fossem soltos algumas semanas depois, mas eles continuaram banidos de viajar, e seus bens pessoais e contas bancárias ficaram congelados por cinco anos.

Em 2021, pouco depois de eu voltar a liderar a organização, fui processado e encaminhado para julgamento pela primeira vez, acusado de insulto à Comissão Eleitoral Nacional, porque tinha criticado a gestão das eleições parlamentares de 2020 no Twitter. Fui condenado, felizmente, apenas a pagar uma multa, embora a acusação acarretasse a possibilidade de prisão. Foi minha primeira e única condenação, mas isso ainda significa que eu agora tenho ficha criminal.

Um ano mais tarde, em 2023, nosso pesquisador Patrick Zaki foi condenado por um tribunal emergencial de segurança de Estado a três anos de prisão por disseminar informações falsas, por causa de um artigo que tinha escrito sobre os direitos dos cristãos no Egito.[3]

E, por fim, temos este novo e, em grande medida, o mais sério desses cinco episódios de ataques diretos. Em janeiro de 2025, fui convo-

cado à Procuradoria de Segurança de Estado, a parte mais notória do nosso Judiciário, conhecida por visar, indiciar e deter dezenas de milhares de prisioneiras/os políticas/os, pessoas defensoras de direitos humanos, jornalistas, advogadas/os, e até mesmo a cidadania comum por expressar opiniões dissidentes. Fui preso imediatamente ao chegar. Interrogaram-me por quatro horas sobre os métodos de trabalho e objetivos da EIPR, e depois sobre uma declaração específica que tínhamos publicado, exigindo a investigação dos relatórios de uma greve de presidiários em uma prisão estatal em particular, em protesto às prisões provisórias por acusações de cunho político e à piora das condições de detenção.

Depois, fui liberado sob fiança, mas ainda fui acusado formalmente de auxílio e financiamento ao terrorismo e disseminação de informações falsas no exterior com o intuito de minar a segurança nacional. A acusação de financiamento ao terrorismo, em particular, é grave por duas razões: a primeira é que esse crime é regulado por uma lei antiterrorismo[4] promulgada em 2015 no governo do presidente [Abdul Fatah Khalil] al-Sisi, um ano após sua eleição em 2014, e prevê uma pena de morte que pode ser convertida em prisão perpétua; a segunda é que a acusação qualifica o próprio trabalho e publicações da nossa organização como forma de financiamento a atividades terroristas.

Essa cláusula, inserida na lei antiterrorismo de 2015, tem um escopo muito amplo e propositalmente vago que define como financiamento qualquer coisa, desde armamentos e dinheiro até informação e declarações, direta ou indiretamente, material ou imaterialmente, ou por literalmente qualquer outro meio. A redação do artigo significa que o simples fato de trabalhar com direitos humanos ou de publicar relatórios de direitos humanos pode agora ser classificado como forma de financiamento a atividades terroristas e ser punido com prisão perpétua ou pena de morte.

No momento, estou aguardando que a acusação decida quando me encaminhar para o julgamento, que deve acontecer perante um tribunal de terrorismo. Assim, por causa desse sistema de justiça criminal opaco do governo de Sisi, e especialmente em casos de terrorismo, pode acontecer amanhã ou em treze anos, ou podem simplesmente decidir retirar as acusações, e não se pode fazer nada para controlar isso.

2. Qual é o histórico desse caso? Como tudo começou?

HB – Como talvez você lembre, Mubarak foi deposto em 18 dias, em 2011. Na época, Sisi era diretor de inteligência militar e membro do Conselho Supremo das Forças Armadas, e se tornou governante *de facto* do Egito em meados de 2012. Sisi ficou profundamente abalado com essa experiência, e também com o fato de ter saído do ensino fundamental direto para o exército.

Trocando em miúdos, Sisi não tinha experiência nenhuma com a vida civil ou atividade política. Ele tinha um desprezo profundo pelos civis e pelo processo democrático, e uma intolerância extrema a qualquer forma de crítica, que ele vê como desrespeito à autoridade dele. O irônico é que ele também é uma pessoa muito social e religiosamente conservadora, embora tenha se tornado presidente em 2013 depois de depor a Irmandade Muçulmana, supostamente para salvar o Egito do domínio de islamistas.

Ainda assim, ele se tornou líder de um dos regimes mais conservadores do nosso país, considerando o crescimento inédito da perseguição à cidadania por suas perspectivas religiosas, ou o número de prisões de homens gays e mulheres trans por meio de flagrante provocado, ou o indiciamento de mulheres por crimes morais por conta do conteúdo que publicam nas redes sociais.

A Irmandade Muçulmana, eleita em julho de 2012, esteve no poder por um ano, durante o qual conseguiu alienar a maior parte dos setores da sociedade, abrindo caminho para que o Exército interviesse sob pretexto de salvar o país do crescente autoritarismo dos/as islamistas. O que aconteceu depois do golpe não foram apenas os piores massacres de manifestantes da nossa história, mas também uma destruição muito cuidadosa, deliberada e sistêmica de qualquer força política ou civil que tivesse contribuído com a revolução em 2011. A princípio, começou com uma repressão severa por parte de islamistas e seus/suas simpatizantes, que depois expandiu seu alvo para grupos liberais e de esquerda e organizações de jovens, destruindo o espaço cívico.

Para contextualizar, o Egito sempre foi um Estado autoritário, com espaço cívico controlado e histórico de direitos humanos problemático, com muitas áreas de preocupação, algumas delas sistêmicas. Sisi, entretanto, adicionou novos aspectos, distintos de todos os regimes anteriores desde a instauração da República nos anos 1950.

A primeira mudança foi ter transformado o Egito, de um Estado autoritário, em um país com um dos piores históricos de direitos humanos do mundo. Esta não é uma declaração sentimental. Se olhar qualquer índice global de qualquer aspecto de direitos humanos, você vai ver que o Egito pela primeira vez está entre os primeiros dez, primeiros cinco, primeiros três, e às vezes é o primeiro e pior violador desse critério.

Isso é novidade. Não costumava ser assim. Isso se pode medir em termos da alta histórica de jornalistas presos, da alta histórica de sentenças de morte proferidas a cada ano. Olhando a pesquisa global da Anistia Internacional sobre a pena de morte no ano passado, você vê que o Egito é o segundo no mundo, perdendo apenas da China. Se

pegar o número de execuções por ano, o número de sites bloqueados, a população de presos políticos, as mortes na prisão, o ranking global relativo ao Estado de Direito, à transparência, à liberdade de imprensa, a qualquer desses elementos, você vai ver que o Egito está em uma das piores situações dentre os mais de 190 países do mundo.

A segunda coisa que Sisi fez foi pegar o Egito, que já foi um país com espaço cívico controlado sob um regime autoritário, e desmantelar completamente o espaço cívico, quando o Egito, mesmo sob o jugo do autoritarismo, sempre teve uma sociedade vibrante, com bolsões de resistência, como costumamos dizer. Ele apertou o cerco contra o movimento estudantil, protestos e movimentos sociais, sindicatos trabalhistas, a mídia, partidos políticos e o movimento feminista, entre outros.

Naturalmente, sendo a comunidade de direitos humanos, chegou a nossa vez. Ele perseguiu mesmo cada um desses grupos e destruiu sistematicamente todo e qualquer espaço disponível para operarmos. Na verdade, neste contexto estamos lutando para sobreviver, porque, depois de dez anos desse governo, restaram poucas vozes de resistência no país.

A maior parte dos meios de comunicação ou foi fechada, ou levada para o exterior, ou literalmente comprada pelos órgãos de segurança. Essencialmente, temos talvez dois sites de notícia independentes com operações dentro do Egito, ambos bloqueados ilegalmente pelas autoridades. Então, esses veículos publicam em mídias sociais ou em sites replicados. Quando saí da EIPR, em 2013, havia talvez trinta organizações de direitos humanos independentes operando no Egito.

Quando voltei, em 2020, restavam só quatro ou cinco, com muitas outras exiladas, fechadas, ou reduzindo significativamente as atividades. Este é o contexto.

3. Que formas de intimidação ou assédio você sofreu ao longo desse processo?

HB – Começam com a ação criminal e o assédio jurídico, lançando mão das leis antiterrorismo e anti-liberdade de expressão; depois, vem uma onda de legislação severamente restritiva e punitiva. É o arsenal de novas leis, extremamente repressivas, que este regime criou, além da lei antiterrorismo —como a lei de cibercrimes, uma lei de ONGs, uma lei antiprotestos, uma lei regulatória de meios de comunicação e uma lei de proteção de dados.

A primeira e mais importante ferramenta de governança para o regime é o encarceramento. Não só a população de presos políticos e prisioneiros de consciência cresceu a níveis sem precedentes, como também existe uma cultura de medo em que as pessoas sabem que podem ser detidas sem descumprir nenhuma lei, e que, uma vez detidas, não há devido processo legal, nem defesa criminal, nem judiciário independente que as tire da detenção. O mais grave é que não há nada que se possa fazer para evitar um encarceramento em massa assim.

Há uma rede muito ampla que apanha dezenas, se não centenas, de vítimas todo dia. Há também uma campanha de difamação que acusa qualquer dissidente, em especial ativistas de direitos humanos, de ser agente do Ocidente, membro da Irmandade Muçulmana, ou simplesmente um antipatriota.

Por fim, eles nos sufocam negando nosso acesso aos meios de comunicação públicos e privados, proibindo-nos de viajar, e assim nos isolando do mundo lá fora, da comunidade global e das redes de solidariedade, e congelando nossos bens para nos punir também financeiramente. Nem preciso dizer, mas houve inúmeros casos de

encarceramento de defensoras/es de direitos humanos, advogadas/os e jornalistas ao longo dos anos (muitos seguem na prisão, neste momento).

4. Como você viveu essa situação? Qual foi o momento mais desafiador, e por quê?

HB – Bem, com certeza não tem sido fácil. Há um impacto sério na saúde mental decorrente de estar constantemente atacado, mas também deste estado permanente de vulnerabilidade, de saber que se pode sofrer um ataque a qualquer dia, e que o jogo não tem regra nenhuma.

A proibição de viajar e o congelamento de bens que sofri por oito anos obviamente tiveram um custo profissional, financeiro e psicológico para mim: não só me isolaram do mundo, mas também desencaminharam minha carreira por boa parte dos meus últimos dez anos. E isso também afetou minha mãe, que vive com um temor constante pela minha segurança e liberdade. A proibição de viajar foi suspensa menos de um ano atrás. E agora, com este caso novo, cada vez que vou ao aeroporto, tenho que me perguntar se vão emitir uma nova proibição e quanto tempo vai durar —se é que algum dia vão tornar a retirá-la.

Também houve um impacto, como descrevi, no movimento. A comunidade de organizações de direitos humanos no país encolheu significativamente com o passar dos anos. Isso colocou a nossa organização —e o movimento em geral— em um modo de sobrevivência em que, em vez de expandir nossos serviços ou aumentar nosso impacto, temos que estar em luta constante só para continuar aqui, e também encontrar ferramentas de ativismo em um país em que todos os recursos tradicionais —o Judiciário, o Parlamento, os meios de comunicação e movimentos sociais— estão abalados como os nossos estão.

5. Que estratégias pessoais, políticas e jurídicas você empregou para lidar com esta situação?

HB – No âmbito pessoal, enquanto estive proibido de viajar, a ferramenta mais útil, além da terapia e das amizades, foi na verdade lutar como se a situação nunca fosse mudar. Ajudou eu ter decidido que não ia viver esperando que a proibição fosse suspensa, ou as acusações, retiradas. Em vez disso, escolhi assumir esta como minha vida atual e encontrar uma maneira de vivê-la ao máximo —curtindo minhas amizades, sendo produtivo profissionalmente, desenvolvendo minhas habilidades e me mantendo relevante e engajado mesmo diante de um possível encarceramento ou de restrições de viagem.

A segunda estratégia foi usar a única ferramenta de que disponho: minha voz. Se já sou um alvo, quer dizer que estou em posição de ter menos a perder do que outros que não são alvos. Então, uso minha voz pública e internacionalmente, nas redes sociais e em qualquer mídia independente que aceite falar comigo, para reagir à narrativa do regime e expor suas práticas abusivas. Fiz isso tanto enquanto jornalista investigativo quanto, mais recentemente, depois de voltar à liderança da minha organização.

E a terceira é me recusar a continuar preso em um modo de sobrevivência psicológico. Busquei inspiração em movimentos de países que passaram por ditaduras militares —inclusive seu país, o Brasil— e disse: não, o papel do movimento de direitos humanos não é ficar à espera de que a tempestade passe, mas se empenhar em ajudar a fazê-la passar mais rápido e, enquanto não passa, proteger tanta gente quanto for possível.

O que eu venho tentando fazer nos últimos cinco anos, desde que voltei à EIPR, é me deslocar do modo de sobrevivência para o modo de

relevância. Digo relevância porque não é realista buscar ter impacto agora, mas ao menos podemos estar engajados na luta, conectados, e inovando a todo momento com novas ferramentas e ideias de ativismo, na ausência de canais tradicionais como litigância, defesa de políticas públicas, a mídia tradicional ou manifestações públicas.

6. Qual tem sido o papel da solidariedade ao longo desse processo? Que tipo de apoio tem sido mais crucial?

HB – Tem havido muita solidariedade dentro do Egito, porque, essencialmente, todas as pessoas ou são vítimas potenciais ou conhecem uma vítima dessa atual e longa onda de repressão. A solidariedade internacional também foi crucial, é claro. Mencionei o episódio em que três dos nossos diretores foram detidos, em novembro e dezembro de 2020, e a liberação deles se deve em grande medida a uma campanha global de protesto e solidariedade sem precedentes, em quase todo canto do mundo, que enviou uma mensagem clara ao governo egípcio de que este caso poderia se tornar uma fonte de encrenca, gastos e dor de cabeça, o que levou à soltura.

Sempre brinco que a pandemia de Covid-19 foi ótima para nós. É uma piada sem graça, claro, porque custou tantas vidas e causou tanto sofrimento. Mas, em termos da nossa falta de conexão com o mundo lá fora, aqueles anos de Covid empurraram tudo para o mundo digital e incentivaram as pessoas a investir em participação à distância, o que ajudou a diminuir nosso isolamento em relação ao mundo. Temos que pensar nas pessoas que não podem viajar, não só por causa de proibições restritivas, mas também por como pode ser caro viajar, ou por terem uma situação familiar que as proíbe. É nosso dever coletivo garantir a presença das pessoas, mesmo que fisicamente não possam estar presentes.

7. Qual é o status atual das acusações contra você?

HB – Há agora dois casos de segurança de Estado em fase de investigação, que podem ser encaminhados para julgamento a qualquer momento. Meu caso mais recente, iniciado em janeiro de 2025, e o caso contra meus três colegas, que remonta a dezembro de 2020, e desde então estão proibidos de viajar e com os bens congelados.

O caso do meu colega, Patrick Zaki, que foi condenado a três anos, foi parte de um perdão em 2023, e, portanto, está encerrado. Como mencionei, o grande caso de financiamento externo foi encerrado depois de uma investigação de treze anos. Por fim, sobre minha própria sentença por insulto à comissão eleitoral: paguei a multa, entrei com recurso e perdi o recurso. O caso está encerrado, mas agora tenho ficha criminal, o que tem um impacto mínimo, mas incômodo na minha vida.

A situação geral é que Sissi promulgou uma lei de ONGs em 2019 que, na essência, declara qualquer entidade engajada em trabalho cívico ou de desenvolvimento é ilegal, se não for registrada sob essa lei nova e altamente repressiva.

Historicamente, o movimento de direitos humanos —que nasceu em 1985 e este ano faz quarenta anos— sempre buscou formas alternativas de organização e registro, ou porque não era permitido se cadastrar como ONG ou para evitar leis repressivas que outorgam aos órgãos de segurança poderes desmedidos de interferência e controle sobre o trabalho das organizações. Então, os grupos eram cadastrados ou como firmas de advocacia, ou clínicas médicas, ou editoras, ou centros de pesquisa. No nosso caso, fomos cadastrados como empresa de consultoria que opera em pesquisa, consultoria e treinamentos.

Agora, vivemos com um medo constante de o governo decidir executar esses novos dispositivos para declarar nossa ilegalidade (o que levaria à nossa imediata dissolução e outras penas), ou nos forçar a um cadastro sob essa nova legislação de ONGs. É esse o estado em que nos encontramos agora.

8. Que terminologia você usaria para caracterizar esta forma específica de violência política?

HB – Em termos da situação geral, tento diferenciar o autoritário do autocrático e da autocracia militar. Para descrever o Egito, uso "autocracia militar". Há lugares em situação mais grave, onde podemos de fato falar em regimes militares totalitários, como a Síria, por exemplo, sob Bashar [al-Assad].

Em termos da nossa situação, também tento diferenciar... Há países onde podemos falar em assédio jurídico, ou restrições do espaço público... Há casos mais sérios em que podemos falar em ataques ou em ataque sistêmico. E ainda há outras situações, acho que como a do Egito, que só podemos mesmo descrever como tentativa de extermínio.

Porque o objetivo não é nos manter sob controle ou sob ataque; o objetivo final é eliminar o ativismo de direitos humanos por completo, ou expulsar o movimento inteiro para o exterior. Como vemos em lugares como a Índia e o Egito, há um esforço de extermínio de toda presença de direitos humanos do país.

Agora vivemos um cessar-fogo frágil, em que nossa existência é, no máximo, tolerada, com reiterado assédio e atos de retaliação, e com duras restrições. Mas sabemos que essa trégua tácita pode desmoronar a qualquer momento.

9. Como isso se relaciona ao estado da democracia no seu país?

HB – Hoje em dia, está um pouco confuso. Quando se olha para os Estados Unidos, vê-se um candidato de um dos principais partidos políticos que apresentou um programa eleitoral e, com base nisso, foi eleito com a maioria dos votos populares e foi executar seu programa eleitoral e realizar suas promessas de campanha com —em larga escala— apoio do Parlamento e do Judiciário.

As pessoas falam disso como se fosse um golpe, mas não é um golpe, não é? É a deficiência do sistema democrático que temos, mas também é a vontade do povo, ou ao menos da maior parte do povo. Então, isso é uma coisa que vivemos no Egito também.

Diferentemente do Brasil, da Argentina e dos Estados Unidos, onde vocês tiveram um grau de democracia e agora vivem um retrocesso democrático, o Egito nunca foi um país democrático. Mas tivemos a promessa da democracia, depois da revolução de 2011.

Assim como nos EUA e em outros lugares, temos que nos responsabilizar por este atual estado de derrota em que nos encontramos agora, porque parte da elite, parte do movimento progressista e das forças democráticas apoiaram o exército para salvar o país da direita religiosa.

Vemos o mesmo acontecer em um país como a Tunísia, onde um golpe constitucional liderado pelo presidente recebeu apoio de organizações feministas, organizações de direitos humanos, partidos políticos seculares, e agora estão pagando o preço, assim como nós. Isto é uma coisa pela qual precisamos nos responsabilizar, além de tentar combater, voltando às raízes, voltando aos fundamentos —um tema que foi muito discutido durante o colóquio da Conectas em novembro de 2024. Nos últimos anos, acabamos nos tornando tecnocratas especializados, lobistas do gover-

no, às vezes advogadas/os. Mas a verdade é que precisamos voltar a ser militantes —militantes e organizadores democráticos, radicais e de base, organizando a base. Isso pode exigir uma mudança na nossa psiquê, ou pessoas e organizações com um DNA diferente do que temos agora.

10. Que posições as diferentes instituições estatais assumiram em relação a esta situação? Pode-se confiar em alguma instituição, no momento?

HB – Infelizmente, não mais. Antes de Sisi, até em um governo autoritário, com espaço restrito e o eventual assédio, podíamos contar com algumas juízas e juízes independentes, alguma supervisão jurídica e minoria assertiva de membros da oposição no Parlamento. Confiávamos na mídia independente para disseminar nosso ponto de vista. Até fazíamos algum ativismo governamental junto a certos ministérios.

No governo de Sisi, nada disso existe. O judiciário, em particular, foi completamente cooptado pelo regime. Grandes porções do judiciário se tornaram apoiadores voluntários do regime, também pelo trauma que tinham daquele ano de ataques e tentativas de cerceamento de influência por parte da Irmandade Muçulmana.

Mas as/os juízas/es independentes foram ou dispensadas/os, ou realocadas/os em cargos fora do Judiciário, ou intimidadas/os o suficiente para guardar silêncio. Temos quase 600 parlamentares, e nem um sequer se identifica como oposição porque isso se tornou quase um palavrão. Não há um jornal de oposição que esteja em circulação no país, atualmente, e 90% dos veículos de mídia privados só o são em nome, porque foram comprados por empresas pertencentes a agências de inteligência e ministérios do governo. Estamos sofrendo um bloqueio total, em termos dos nossos esforços de ativismo junto a essas instituições.

Ainda acreditamos na mídia, na estratégia do movimento Occupy, em que tentamos estar presentes, ali, e falar e ocupar todo espaço disponível. Quando a COP-27 foi organizada no Egito, em 2022, estávamos presentes, ocupamos o espaço. Quando o governo convocou um diálogo nacional sobre questões políticas, inclusive sobre os direitos humanos, nós fomos, nós participamos, nós falamos, nós apresentamos nosso ponto de vista. Tentamos usar todo espaço disponível para defender não só nossa presença, mas também, por princípio, defender o fato de que o lugar do ativismo em direitos humanos é dentro dos países, e na base, e nos recusarmos a fechar as portas ou ir para o exílio.

11. Como as redes e órgãos internacionais reagiram, e que impacto essa reação internacional teve na progressão do seu caso?

HB – Conseguimos nos mobilizar e recebemos muita solidariedade e apoio. Desde que suspenderam minha proibição de viajar, no ano passado, também venho investindo em me reconectar com esses espaços, redes e coalizões, mas também em retomar nosso trabalho de ativismo internacional em Genebra e Bruxelas, além do contato com instituições internacionais e financeiras.

É óbvio que refletimos e pensamos muito sobre essas parcerias desde o genocídio iniciado em Gaza, em 2023, sobre o que precisamos mesmo fazer para lidar com isso, com uma abordagem renovada ao ativismo global, e especialmente ao ativismo do Sul Global, e sobre certo grau de responsabilização daqueles cujo posicionamento em relação ao genocídio foram decepcionantes ou simplesmente deploráveis. Isso beneficiou e amplificou alguns espaços internacionais, onde se pensa muito no significado das estruturas e fóruns globais —mas também, infelizmente, levou à ruptura de parcerias e amizades.

12. Como suas experiências se comparam às de outras pessoas defensoras de direitos humanos no Sul Global?

HB – Com tudo pelo que estou passando, que descrevi para você, ainda tenho sorte. Quer dizer, posso passar o fim de semana no Cairo, em casa, com meu cachorro, e posso falar com você... Todos os dias, recebo em meu e-mail notícias devastadoras sobre o assassinato de pessoas defensoras do meio ambiente na América Latina, sobre o assassinato de jornalistas, sobre a condenação de outras/os ativistas à prisão. Sobre casos de tortura...

E olho para países como a Índia, onde se tem um presidente muito poderoso que conseguiu extirpar qualquer organização de direitos humanos de um país daquele tamanho sem ao menos uma declaração consternada ou crítica de qualquer dos poderes ocidentais que querem [Narendra] Modi por perto e precisam da Índia para fazer contrapeso à China.

E olho para a Palestina e sinto vergonha de reclamar. Como alguém pode reclamar? Quando vejo o número de jornalistas, o número de ativistas, o número até de funcionárias/os da ONU que foram mortas/os nos últimos anos. Então, tenho grande deferência pela experiência de outras pessoas defensoras de direitos humanos. Fico um pouco constrangido em reclamar, mas também me inspiro muito nelas.

Notas

1 Hosni Mubarak foi presidente do Egito de 1981 a 2011, quando abdicou do poder depois de protestos em massa e entregou a autoridade nas mãos do Supremo Conselho das Forças Armadas. Mubarak morreu em 2020 de complicações de saúde, depois de diversas ações jurídicas contra ele e mais de três anos na prisão.

2 Os membros da equipe da EIPR detidos em 2020 foram Muhammad Bashir (diretor administrativo), Karim Ennarah (diretor de Justiça Penal) e Gasser Abdel Razek (diretor executivo). "Egypt rights group says third member arrested in less than a week", *Al Jazeera*, 20 nov. 2020, https://www.aljazeera.com/news/2020/11/20/egypt-arrests-leader-of-prominent-human-rights-group.

3 Patrick Zaki era pesquisador de Gênero e Direitos Humanos na EIPR, e foi preso no aeroporto do Cairo em fevereiro de 2020, depois de retornar de um período de estudos no exterior. Foi acusado, entre outras coisas, de se juntar a uma organização terrorista e espalhar notícias falsas depois da publicação de um artigo sobre sua experiência enquanto cristão cóptico. Ele passou 22 meses detido antes do julgamento. Em 2023, foi condenado a três anos de prisão, mas recebeu perdão um dia após o veredicto.

4 Cairo Institute for Human Rights Studies e Egyptian Initiative for Personal Rights. The new counterterrorism law: another blow to the constitution, encourages extra judicial killing. (CIHRS and EIPR: ago. de 2015), https://eipr.org/sites/default/files/reports/pdf/the_new_counterterrorism_law.pdf.

Recebido em maio de 2025.



Hossam Bahgat é um jornalista egípcio e defensor dos direitos humanos. Ele foi o diretor executivo fundador da Iniciativa Egípcia para os Direitos Pessoais, onde ainda atua como diretor.